

A RELAÇÃO ENTRE AS PALAVRAS E AS COISAS

Everton Lourenço da Silva Maximo

1- Faculdade Machado de Assis (FAMA)

E-mail: everton.lourenco.maximo@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata de uma questão fundamental da investigação linguística desde o seu início: a relação entre as palavras e as coisas. Serão confrontadas duas teses, a naturalista e a convencionalista, comparando-se seus argumentos. Veremos como essa questão é estudada em dois momentos históricos distintos. Na Grécia Antiga, abordaremos o *Crátilo* de Platão e o *Da Interpretação* de Aristóteles. Na contemporaneidade, estudaremos o trabalho de Saussure e as ideias sobre o simbolismo fonético.

Palavras-chave: signo linguístico; naturalismo; convencionalismo; arbitrariedade; simbolismo fonético.

ABSTRACT

This paper deals with a fundamental question of linguistic research from the outset: the relationship between words and things. We will compare the naturalist and a conventionalist theses and their arguments. We will see how this question is studied at two different moments in history. In Ancient Greece, we will approach Plato's *Cratylus* and Aristotle's *On Interpretation*. In contemporary times, we will study Saussure's work and the ideas about phonetic symbolism.

Keywords: linguistic sign; naturalism; conventionalism; arbitrariness; phonetic symbolism.

1- INTRODUÇÃO

A linguagem é a faculdade humana por excelência, o que a torna tão essencial e, portanto, tão cotidiana, que muitas vezes não nos detemos em refletir sobre ela. Camara Jr.

(1975) afirma que, por ser algo comum a nossa vida social, a linguagem por muito tempo não foi objeto de estudo, só passando ser objeto de reflexão com o advento da escrita, um avanço que, como afirma o linguista (CAMARA JR., 1975, p. 9), “faz com que os homens percebam a existência de formas linguísticas, à medida em que eles tentam reduzir os sons da linguagem à modalidade escrita convencional”. Cama Jr. (1975, p. 9) acrescenta, ainda, que a partir da escrita cria-se “um novo clima na vida social em relação à linguagem e seu estudo pode desenvolver-se através do impacto de fatores sociais e culturais”.

Deste modo, somente com a organização social complexa e o surgimento da escrita criou-se um ambiente propício para o estudo da linguagem. Ainda assim, a reflexão sobre a linguagem continua a ter uma longa e rica trajetória dentro da história do pensamento ocidental, embora nem sempre tenha sido consistente e sistemática. Naturalmente, essa trajetória remete à Grécia Antiga, onde os estudos linguísticos floresceram em meio à emergência da filosofia. Além disso, entre os gregos, o desenvolvimento do pensamento sobre a linguagem acompanhou o desenvolvimento sócio-político, o que corrobora a tese de Camara Jr (1975). Disso nos fala Neves (2005, p. 24-25):

À medida que se formava a *pólis* grega, ao lado da linguagem poética se criava, pois, uma outra tradição de linguagem, a linguagem dos oradores, a linguagem retórica. Essa linguagem, que já aparecia nos heróis de Homero que falavam nas assembleias, vai-se disciplinando numa *téchne*: cria-se a arte retórica, formal e normativa (...) É nesse mundo que surge o discurso filosófico, um discurso que busca articular o todo das coisas.

A natureza dos estudos de linguagem era diversa e ganhou ainda novas formas com o passar do tempo, até o surgimento da Linguística propriamente dita em meados do século XIX. Camara Jr (1975) classifica essas diferentes vertentes de estudo em: pré-linguístico, paralinguístico e a linguística propriamente dita.

Os estudos pré-linguísticos se dividem em três tipos. O Estudo do Certo e Errado, aquele que visa a preservar a língua culta grega de influências das variantes de menos prestígio; O Estudo de Língua Estrangeira, aquele que advém da interação com povos estrangeiros e O Estudo Filológico da Linguagem, aquele que advém da necessidade de compreender textos antigos.

Os estudos paralinguísticos comportam o estudo lógico e o estudo biológico da linguagem. O estudo lógico da linguagem é aquele em que se misturam um domínio linguístico e um filosófico. Essa junção ocorre porque a linguagem é fundamental para a expressão do pensamento filosófico. A esse estudo híbrido os gregos chamaram de *Lógica*. Por sua vez, o estudo biológico da linguagem é aquele em que se estudam as características biológicas envolvidas com a linguagem.

Já o estudo, de fato, linguísticos surgem na Europa no século XIX, com um viés histórico, cujo foco era a comparação entre as línguas, e foram se desenvolvendo ao longo do século XX, desdobrando-se em várias correntes.

Desde o início dos estudos sobre a linguagem, sobretudo no estudo lógico, uma questão fundamental é como a linguagem se relaciona com a realidade. Ou seja, como a realidade é expressada pela linguagem. Dito de outra forma, nos perguntamos como podemos representar as coisas através dos sons articulados que produzimos, ou ainda, qual a relação entre as palavras e as coisas.

Nesse ponto, foi de especial importância a oposição entre os conceitos de *phýsei* e de *thései*, isto é, a naturalidade e a convencionalidade da língua. Assim, discutia-se se os nomes se relacionavam naturalmente com as coisas que nomeiam ou se os nomes das coisas eram fruto de uma convenção.

Ao longo dos séculos, vários pensadores tentaram responder a essa questão, que ainda continua viva e bastante relevante nos nossos dias. Neste trabalho, buscaremos revisitar essa questão, comparando o pensamento grego sobre o assunto (especificamente, em Platão e Aristóteles) com a reflexão linguística do século XX, especialmente no que se refere ao trabalho do linguista Ferdinand Saussure e aos estudos sobre o simbolismo fonético.

2. A REFLEXÃO GREGA SOBRE A JUSTEZA DOS NOMES

Como já dissemos, os estudos linguísticos afloraram na Grécia Antiga junto com a filosofia. A relação entre a linguagem e a realidade foi um tema importante para os chamados filósofos pré-socráticos, que se dividiam em defensores do naturalismo e do convencionalismo.

Para Heráclito a palavra (*lógos*) é a imagem exata do mundo, ou seja, há uma relação natural entre o nome e a coisa. Nas palavras de Neves (2005, p. 17): “o *lógos* é o discurso que revela a *phýsis*”. Por sua vez, Parmênides crê que os nomes não são naturalmente relacionados às coisas, mas são dados por convenção, como podemos ver no fragmento em que fala da

nomeação da coisas nos seguintes termos: “um nome lhes atribuíram os homens, distintivo de cada”¹⁵. Assim, para Parmênides as palavras seriam, como diz Camara Jr. (1975, p. 17), “um produto da imaginação humana disfarçando a realidade aos homens”. Já Demócrito via a linguagem como uma construção humana, sendo, portanto, fruto de uma convenção. Neves (2005, p. 33) elenca as razões de Demócrito para pensar assim, duas delas são: (i) a homonímia (um nome pode se referir a diversas coisas) e (ii) a polionímia (nomes distintos podem se referir a mesma coisa).

2.1. O *Crátilo* de Platão e a correção dos nomes

A principal obra de Platão em que o conflito *phýsei* e *thései* é abordado chama-se *Crátilo*, um diálogo no qual os personagens discutem relação entre a linguagem e a realidade, buscando compreender se a linguagem pode ser um meio para o conhecimento do real. Esse debate era de grande importância, pois definiria qual a relevância da linguagem para a filosofia. Além disso, em última análise, a discussão é sobre a relação entre o homem e a natureza.

Dentro deste questionamento maior, é discutida a questão da justeza dos nomes, ou seja, a natureza da relação dos nomes e das coisas nomeadas. Assim, são opostas duas teses: o naturalismo e o convencionalismo. O primeiro, seguindo o pensamento de Heráclito, defende a existência de uma relação natural entre a palavra e a coisa que nomeia. Já o segundo, seguindo a linha de Demócrito e Parmênides, defende que não existe uma relação natural entre nome e coisa, mas que os nomes são fruto de convenções sociais.

Para Marcondes (2009) a consequência mais drástica desses dois pensamentos é que a tese naturalista admite que as palavras podem contribuir para o conhecimento do mundo (e, consequentemente, para a filosofia), ao passo que a tese convencionalista aponta para o fato de que a linguagem é pouco relevante para a filosofia.

Os personagens deste diálogo são três: Crátilo, Hermógenes e Sócrates. Crátilo defende o naturalismo, enquanto Hermógenes defende o convencionalismo. Sócrates aparece para mediar o debate. Ao confrontarem-se as posições, alguns argumentos importantes são levantados.

O primeiro ponto é a questão da variação linguística. É um fato que línguas diferentes dão nomes diferentes às mesmas coisas. Sendo assim, a tese naturalista fica em apuros para explicar por que há nomes diferentes nas diversas línguas, se os nomes se relacionam

¹⁵ Fragmento 19 (apud NEVES, 2005, p. 32).

diretamente com as coisas. Por outro lado, a tese convencionalista tem aí um bom argumento em seu favor.

Para resolver esse problema, o naturalismo argumenta que não é através das línguas naturais que se pode acessar a verdadeira relação entre a língua e a realidade, mas somente através de uma língua originária, uma língua ancestral ideal, na qual os nomes correspondiam à natureza das coisas. Postula-se então a existência de um Legislador (*nomothétes*), que deu nomes às coisas, de modo que esses nomes capturassem a natureza daquilo que era nomeado.

O problema dessa saída é demonstrar como essa língua ideal passou às várias línguas existentes e, ainda, como a relação natural com a realidade se manteve nessa passagem. Ou, antes disso, como de fato ter certeza de que esta relação natural se preservou, visto que não temos condição de percebê-la.

O diálogo, seguindo a pista da língua ideal, se volta para a etimologia¹⁶. Busca-se, então, através do estudo da origem das palavras, encontrar a língua originária, isto é, o sentido primeiro das palavras, que as relaciona diretamente com a realidade.

Essa investida não é bem-sucedida, pois a investigação etimológica chega, quando muito, à origem de uma palavra dentro de uma dada língua, nunca à língua originária. Porém, como aponta Marcondes (2009, p. 15), o convencionalismo também “tem dificuldade em explicar a origem das convenções: como poderíamos estabelecer convenções anteriormente à linguagem se precisamos dela para isso? ”.

Outra tese naturalista levantada é a da mimese, na qual afirma-se que as características das coisas estão representadas nos sons das palavras. Por exemplo, a letra “l” representaria a ideia de “deslizamento” ou “maciez”, como em *liparón* (liso), *glyký* (doce) e *glískheron* (viscoso). Porém esse método não é seguro, pois há exemplos contrários, como o apresentado por Sócrates: a palavra *sklerós* (duro).

Sendo assim, não há solução para o problema da justeza dos nomes, o que torna este um diálogo aporético. Como nos fala Weedwood (2002, p. 26), Platão conduz o diálogo de forma que, aos poucos, fique evidente que há algo de verdadeiro nas duas posições, ou seja, é possível detectar uma correção em certos nomes, ao passo que outros são compreendidos por convenção. Por conta dessa realidade, Sócrates propõe que a questão seja posta de lado para que se possa ir além dos nomes (438d-e):

¹⁶ Como nos lembra Auroux (2009), originalmente o termo designava a busca pela “verdade dos nomes”, passando a se referir, a partir do século XVIII, ao estudo científico da história das palavras.

Sócrates – Nesta luta entre os nomes, em que uns se apresentam semelhantes à verdade, e outros afirmam a mesma coisa de si próprios, que critério adotaremos e a que devemos recorrer? Não, evidentemente, a outros nomes que não esses, pois não existem outros. É óbvio que teremos de procurar fora dos nomes alguma coisa que nos faça ver sem os nomes qual das duas classes é a verdadeira, o que ela demonstrará indicando-nos a verdade das coisas.

Além de dizer que não há como decidir entre as duas teses, Sócrates ainda afirma que, mesmo que a tese naturalista estivesse correta, o caminho mais seguro para a apreensão do real ainda seria olhar para as coisas em si (439a-b):

Sócrates – Se, de fato, é possível aprender as coisas tanto por meio dos nomes como por elas próprias, qual das duas maneiras de aprender é a mais segura e bela? Partiremos das imagens, para considerá-las em si mesmas e ver se foram bem concebidas, e ficarmos, desse modo, conhecendo a verdade que elas representam, ou da própria verdade, para daí passarmos à imagem e vermos se foi trabalhada por maneira adequada?

Assim, no fim do diálogo, a discussão a respeito da relação entre a linguagem e a realidade fica em aberto. Contudo, a partir da não solução do problema, Platão aponta para a superação da questão, como explica Neves (2004, p. 57):

Na medida em que admite o natural e o convencional – e, portanto, nega que possa decidir por um deles – e na medida em que reduz o nome a imagem, a análise platônica da linguagem reorganiza a perspectiva daquela controvérsia que empenhava os sofistas. Não mais cabe investigar a condição natural ou convencional dos nomes, porque não mais cabe fixar-se neles para atingir o conhecimento.

Apesar de Platão ter apontado para a superação da questão, a discussão sobre a correção dos nomes permaneceu dentro da filosofia e dos estudos linguísticos. Muitos pensadores se debruçaram sobre o assunto, olhando de diferentes ângulos e com respostas diversas.

2.2. A visão mentalista de Aristóteles

Na vasta obra Aristotélica, o escrito de maior relevância para a discussão sobre a relação entre os nomes e as coisas é o *Tratado da Interpretação*. Esse texto está inserido no *Organon*,

uma compilação de diversas obras que o autor escreveu separadamente, mas que a tradição reuniu sob esse título. O *Tratado da Interpretação* fala da relação das palavras com as coisas, da proposição e sua estrutura e, ainda, da veracidade das proposições.

Aristóteles toma a questão da justeza dos nomes a partir do ponto ao qual a reflexão de Platão a levou, ou seja, de uma aporia. Ora, como vimos, a tese naturalista não se sustenta por completo e a tese convencionalista, que também apresenta dificuldades, traz consigo o inconveniente de tornar a linguagem pouco relevante para a filosofia.

A fim de resolver o problema, Aristóteles postula um elemento mediador entre os nomes e as coisas; a esse elemento chamou de afecções da alma (*pathémata tês psychês*)¹⁷. Podemos dizer que essas afecções da alma seriam os conceitos, isto é, entidades mentais que são o resultado da apreensão da realidade. Assim, o conceito é uma entidade natural compartilhada por todos os homens, que têm sua mente afetada pela realidade¹⁸. Vejamos o que Aristóteles diz (1. 16a 3-8):

Há os sons pronunciados que são símbolos das afecções na alma, e as coisas que se escrevem que são os símbolos dos sons pronunciados. E, para comparar, nem a escrita é a mesma para todos, nem os sons pronunciados são os mesmos, embora sejam as afecções da alma – das quais esses são os sinais primeiros – idênticas para todos, e também são precisamente idênticos os objetos de que essas afecções são as imagens.

Vemos que os conceitos (afecções da alma) são iguais para todos os homens e que são esses conceitos que se relacionam com as coisas em si, das quais são imagens precisas. A relação entre conceito e objeto é, portanto, natural. As palavras não representam os objetos, mas os conceitos, ou seja, as palavras não se relacionam com as coisas em si. Aqui entra a comparação com a escrita. Ora, se o que se escreve é um símbolo convencionalizado do que se fala, assim também são as palavras em relação aos conceitos. Ou seja, a relação entre as palavras e as afecções da alma é convencional.

Ao contrário do raciocínio desenvolvido por Platão, para Aristóteles o fato de os nomes serem convencionalizados não afeta sua relevância para o conhecimento das coisas em si, uma vez que os nomes se ligam a conceitos, que se relacionam naturalmente com a realidade. Dizer que

¹⁷ A tradução dessa expressão tem variado nos estudos sobre o assunto. Entre outras, algumas opções são “estados de alma”, “paixões da alma” e “processos psíquicos”. Para uma discussão do assunto, conf. Almeida (2013).

¹⁸ Marcondes (2009:23).

as afecções da alma se relacionam naturalmente com as coisas significa que elas são intercambiáveis, isto é: estando diante de um, estamos diante do outro.¹⁹

A partir dessa perspectiva, Aristóteles pode aceitar a tese convencionalista, sem que sua postura resulte na assunção de que a linguagem não é um meio seguro para o conhecimento, já que as palavras não se relacionam diretamente com as coisas, mas são apenas símbolos, ou seja, as palavras e as coisas mantêm uma relação indireta, mediada pelo conceito. Vejamos o que diz o pensador (2.16a 19 e 16a 26):

O nome é um som articulado e significativo, conforme convenção e sem tempo, e do qual nenhuma parte separada é significativa (...) A expressão “conforme convenção” quer dizer que nada por natureza pertence aos nomes, mas vem a pertencer quando se torna símbolo, uma vez que mesmo os sons inarticulados, como os das feras, revelam alguma significado, ainda que nenhum deles seja um nome.

A defesa da tese naturalista no *Crátilo* deparava-se com muitas dificuldades. Primeiramente, havia a busca por uma língua originária ideal que apresentaria a perfeita relação entre linguagem e realidade. Essa busca revelou-se infrutífera, pois pela etimologia não alcançamos tal língua. Faltava ainda uma explicação de como essa língua ideal deu origem às línguas correntes. Em segundo lugar, a hipótese da mimese também se mostrou inconsistente. Finalmente, havia ainda o problema da variação linguística, um forte desafio ao naturalismo. O desenvolvimento dado por Aristóteles à questão tem como mérito o fato de que, de uma só vez, todos esses problemas são superados pela adoção da tese convencionalista, suportada por uma visão mentalista da linguagem.

3. DESDOBRAMENTOS DA DISPUTA NATURALISMO VS. CONVENCIONALISMO NA CONTEMPORANEIDADE.

As disputas entre naturalistas e convencionalista atravessaram os séculos. A busca pela justeza dos nomes nas origens das línguas foi empreendida em muitas ocasiões. Semelhantemente a noção de convenção foi revisitada não poucas vezes. Muitos estudos se

¹⁹ Neves (2005, p. 70) endossa esse ponto de vista: “Daí Aristóteles ter feito a substituição nas suas próprias formulações: nas *Refutações sofísticas* (165a 17) ele diz que nos servimos dos nomes como símbolos das coisas, enquanto no *Da interpretação* diz que os nomes são símbolos dos *estados de alma*.” [Grifos da autora]

voltaram para a origem das línguas e a busca da língua original. Por outro lado, houve desenvolvimentos da ideia de convenção, como ocorre em Locke e Hume.²⁰

Nesta seção, veremos como essas ideias foram tratadas a partir do século passado até os nossos dias. Nos deteremos no pensamento convencionalista de Saussure e nos trabalhos que apontam para o naturalismo a partir do simbolismo fonético.

3.1. Saussure e a arbitrariedade do signo linguístico

Saussure é geralmente reconhecido como o pai da linguística moderna, cujo marco inicial estabeleceu-se com a publicação em 1916 do *Curso de Linguística Geral*. Em linhas gerais, a concepção de linguagem de Saussure apresenta uma dicotomia fundamental: Língua (*langue*) e Fala (*parole*).

Saussure (2008, p. 17) descreve a língua como um “cavaleiro de diferentes domínios”, pois ela ao mesmo tempo pertence ao domínio individual e ao domínio social. Por um lado a língua é uma realidade psíquica, um sistema de signos alojado na mente de um falante. Porém, por outro lado, esse sistema de signos é coletivo, sendo usado como meio de comunicação entre os indivíduos que pertencem à mesma comunidade.

Apesar de sua heterogeneidade, podemos dizer que a língua é o componente social da faculdade da linguagem, um conhecimento compartilhado pelos indivíduos. Tal conhecimento não é obra de um único indivíduo, mas é um sistema supraindividual. Por isso, Araújo (2004, p. 29) afirma que “a língua é social, essencial, não demanda uma tomada de consciência, o indivíduo não pode criá-la nem modifica-la. Requer aprendizado e vem fixada pela comunidade que a fala”.

Por sua vez, a fala é o componente individual da linguagem, isto é, o uso que cada indivíduo dá ao sistema da língua. A constituição da fala é dupla: por uma lado temos o ato de expressar ideias através do sistema da língua; por outro, o mecanismo psicofísico usado para esse ato. Em outras palavras, como diz Costa (2011, p. 116), “Trata-se, portanto, da utilização prática e concreta de um código de língua por um determinado falante num momento preciso de comunicação”. Ou, como diz o próprio Saussure (2008, p. 22), a fala é “um ato individual de vontade e inteligência”.

Saussure afirma que o estudo científico da linguagem, logo de início, se depara com uma bifurcação, pois deve escolher entre o estudo da língua e o estudo da fala, uma vez que

²⁰ Conf. Auroux (2009, p. 24-25).

seria impossível fazer ambos ao mesmo tempo. Então, o linguista toma para si a tarefa de estudar a língua, que, no seu ponto de vista é a tarefa da Linguística propriamente dita.

2.1.1. O signo linguístico

Se a língua é um sistema de signos, é natural que Saussure voltasse sua atenção para o estudo do signo linguístico, o que inevitavelmente o levou à discussão da relação entre as palavras e as coisas. Ora, como a língua é uma realidade psíquica, no pensamento de Saussure a relação direta entre as palavras e as coisas enquanto instâncias do mundo exterior ao homem é deixada de lado. Isto significa que o signo linguístico tem de ser uma entidade mental.

Sendo assim, o signo linguístico é composto por dois elementos psíquicos: o conceito (significado) e a imagem acústica (significante). Essa concepção do signo linguístico é diferente das que já vimos, porque exclui elementos físicos.²¹ Como Saussure (2008, p.80) diz: “o signo linguístico não une uma coisa a uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica”.

A imagem acústica (significante) “não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial” (SAUSSURE, 2008, p. 80). Sobre a noção de imagem acústica, Rodrigues (2008, p. 13) afirma:

Esse termo encerra dois elementos distintos de percepção sensorial, pois é uma construção sinestésica que se apresenta fundamental para a compreensão do próprio conceito de significante. As imagens são percebidas preferencialmente pelo sentido da visão, enquanto os elementos acústicos, pelo sentido da audição. Dessa maneira, afirmar, como o faz Saussure (p. 80), que as imagens acústicas seriam impressas na memória, dá a entender que esse processo mnemônico de armazenamento da língua necessitaria de que tais sequências sonoras ficassem, por assim dizer, gravadas na memória de forma visível.

Podemos compreender melhor esse conceito se pensarmos em uma determinada palavra e a repetirmos mentalmente. Podemos “ouvi-la” dentro de nossa mente, mesmo que não a pronunciemos, ou seja, sem nenhum meio físico ser empregado. Ou, como comenta Saussure

²¹ Na visão de Platão, havia dois elementos físicos: a palavra e a coisa. Por sua vez, Aristóteles se vale de um elemento psíquico, o conceito (afecções da alma), mas mantém os mesmos elementos físicos de Platão.

(2008, p. 80), “sem movermos os lábios nem a língua, podemos falar conosco ou recitar mentalmente um poema”.

Por sua vez, o conceito (significado) é o sentido que se liga à imagem acústica. O significado não é um elemento extralinguístico, ou seja, não é a coisa em si, mas uma representação abstrata. Por isso, o conceito relativo à imagem acústica /kaza/ não é uma casa específica no mundo, nem a imagem mental de uma casa qualquer, mas a ideia abstrata de uma casa. Como nos diz Fiorin (2010, p. 58), “o significado não é a realidade que ele designa, mas a sua representação. É o que quem emprega o signo entende por ele”.

Um ponto importante dessa teoria é a natureza da relação entre significado e significante. Para Saussure, o princípio fundamental para a noção de signo é a arbitrariedade. Tal princípio afirma que a relação entre significado e significante é imotivada, isto é, não há um motivo para que um determinado conceito seja relacionado a uma dada imagem acústica. Como afirma Saussure (2008, p. 81-82):

A ideia de **mar** não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes. [Grifo do autor]

Assim, Saussure adota a tese convencionalista, ao afirmar que não há uma relação natural entre significado e significante. Para isso, o linguista lança mão do argumento da viação linguística, já apresentado por Hermógenes no *Crátilo*.

Quando pensamos nos dois tipos de investigação linguística apresentados por Saussure na famosa dicotomia *sincronia* e *diacronia*, vemos que a tese convencionalista parece vencer em ambas. De fato, numa investigação sincrônica, a privilegiada por Saussure, é realmente muito difícil escapar da tese convencionalista, já que o naturalismo se ampara na origem das línguas, o que escapa ao escopo da sincronia. Assim, ao olharmos para um língua num dado momento, tudo parece apontar para que o signo linguístico seja arbitrário e convencional.

Já com relação à diacronia, desde Platão a investigação etimológica fracassou em provar o naturalismo, apontando para a língua original ideal, sempre inacessível, como nos lembra Saussure (2008, p. 85-86):

A qualquer época que remontemos, por mais antiga que seja, a língua aparece sempre como uma herança da época precedente. O ato pelo qual, em dado momento, os nomes teriam sido distribuídos às coisas, pelo qual um contrato teria sido estabelecido entre

os conceitos e as imagens acústicas – esse ato podemos imaginá-lo, mas jamais foi comprovado. (...)

De fato, nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal. Eis porque a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente se lhe atribui. Tampouco se trata de uma questão a ser proposta (...).

Por tudo isso, Saussure (2008, p. 82) estava seguro em considerar encerrada a discussão da relação entre os nomes e as coisas, declarando a vitória final do convencionalismo sobre o naturalismo: “O princípio da arbitrariedade do signo não é contestado por ninguém”.

2.2 O simbolismo fonético e a persistência da tese naturalista

Apesar de Saussure mostrar-se certo de que sua doutrina da arbitrariedade do signo era aceita por todos, muitos linguistas e pesquisadores de áreas afins não compartilhavam do pensamento saussuriano.

Um dos principais adversários da teoria saussuriana foi o linguista dinamarquês Otto Jespersen. Para esse autor, existe uma relação não arbitrária entre som e significado, que se baseia na forma de articulação dos sons. A essa relação normalmente chamamos de simbolismo fonético.

Jespersen (1933) afirma que em muitas palavras a vogal [i] significa pequenez e as vogais [a,o,u] significam grandeza. O autor deixa claro que essa relação não está presente em todas as palavras. E mesmo naquelas em que há essa relação, ela não está necessariamente presente desde a origem das palavras. Contudo, na sua opinião, o fato de algumas palavras apresentarem a relação entre a vogal [i] e a ideia de pequenez as torna mais frequentes:

Estou firmemente convencido de que o fato de uma palavra com o significado de pequenez conter o som [i] faz com que em muitos (ou na maioria) dos casos ela ganhe o favor popular; o som induz à escolha e à preferência por uma palavra particular, em detrimento de outras palavras com o mesmo significado. (JESPERSEN, 1933, p. 285)²²

²² Tradução nossa.

Assim, para o linguista, as línguas tendem a apresentar cada vez mais um simbolismo fonético, uma vez que palavras que apresente esse fenômeno tendem a sobreviver, ao passo que as outras, a cair em desuso. A relação entre o som [i] e a ideia de pequenez pode ser verificada, comparando-se palavras de línguas diferentes, como na tabela²³ abaixo.

Tabela 1: Relação entre o som [i] e a ideia de pequenez através das línguas

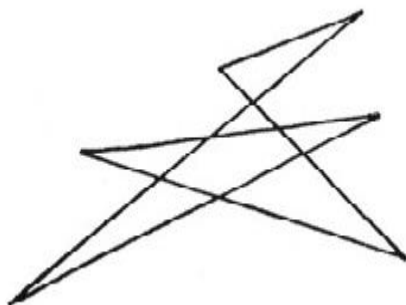
Língua	Palavra / Morfema	Tradução
Ewe	[kítsíkítsí]	“pequeno”
Iorubá	[bírí]	“ser pequeno”
Espanhol	[tʃíko]	“pequeno”
Grego	[mikros]	“pequeno”
Francês	[pətit]	“pequeno”
Inglês	[-i]	sufixo de diminutivo
Espanhol	[-it-]	sufixo de diminutivo
Irlandês	[-in]	sufixo de diminutivo

Fonte: Ohala (1997)

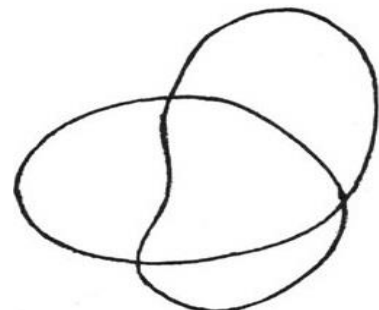
No mesmo caminho, Sapir (1929) realizou um experimento em que os participantes eram expostos a duas figuras de mesas com tamanhos distintos. Eles tinham de relacionar as não-palavras “mil” e “mal” às figuras, indicando qual palavra era a mais indicada para nomear qual figura. Neste caso, todos os sujeitos escolheram a não-palavra “mil” para indicar a menor das mesas e a não-palavra “mal” para indicar a maior.

Em outra frente, ainda no início do século XX, o psicólogo Wolfgang Köhler (1980) realizou um experimento em que alguns sujeitos deveriam relacionar as não-palavras *takete* e *maluma* com figuras de formas distintas, como as que vemos abaixo.

(1)
(A)



(B)



²³ Traduzida e adaptada de Ohala (1997).

Segundo Köhler (1980) as pessoas relacionaram sem hesitação a não-palavra *takete* com a figura (A) e a não-palavra *maluma* com a figura (B). A partir desse resultado, o pesquisador apontou para a existência de um efeito de mapeamento não arbitrário da relação entre os sons da fala e determinadas formas. Tal fenômeno, com o tempo, passou a ser chamado de “efeito bouba/kiki”²⁴.

Algumas décadas depois, Holland & Wertheimer (1964) fizeram uma série de testes para comprovar a existência do fenômeno atestado por Köhler. Em um desses testes, os pesquisadores pediram que os sujeitos relacionassem os termos *takete* e *maluma* às imagens em (1). Além disso, partindo da hipótese, levantada a partir de estudos preliminares, de que as letras K e U se relacionariam com as imagens de forma semelhantes a dos termos de que foram retiradas (*takete* e *maluma*), foi pedido que os sujeitos também associassem tais letras com as imagens. Por fim, eles criaram o termo *KELU*, com a junção das duas letras, pedindo que os participantes também fizessem associação com as imagens.

Os sujeitos desse estudo tinham de dar uma nota que variava de 1 a 4, avaliando a adequação da associação dos termos com as imagens. Então foi feita uma média das notas dada pelos participantes. Nesta escala, 1 equivale a uma perfeita associação; 2 a uma associação considerada boa; 3 a uma associação considerada ruim e 4 a uma completa dissociação. Assim, nos resultados apresentados na tabela abaixo, quanto menor for a média das notas de uma relação, mais adequada ela pareceu aos sujeitos; consequentemente, quanto maior a média, menos adequada foi percebida a relação.

Tabela 2: Resultados de Holland & Wertheimer (1964)

Termos	Médias para figura (A)	Médias para figura (B)
MALUMA	3.56	1.59
TAKETE	1.33	3.59
KELU	2.96	2.37
K	1.93	3.63
U	3.67	2.59

O teste apresentou os resultados esperados, ou seja, o termo *takete* foi considerado mais adequado para a figura (A) e menos adequado para a figura (B); ao passo que o termo *maluma* foi considerado mais adequado para a figura (B) e menos adequado para a figura (A). Quanto

²⁴ Originalmente, Köhler usou o termo “baluma”, trocando-o posteriormente por “maluma” para evitar uma associação indevida com a palavra “balloon”. Em estudos posteriores, feitos por outros pesquisadores, foram usadas outras não-palavras, notadamente “bouba” e “kiki”, com as quais normalmente é referido o efeito de mapeamento não arbitrário da relação entre os sons da fala e determinadas formas.

às letras, como se esperava, a letra *K* foi considerada mais adequada para a figura (A) e menos adequada para a figura (B); ao passo que a letra *U* foi considerada mais adequada para a figura (B) e menos adequada para a figura (A). Por sua vez, o termo *KELU* teve um resultado semelhante tanto para (A) quanto para (B). Esses resultados comprovam que o fenômeno atestado por Köehler (1980) é consistente e que seu teste pode ser replicado.

A hipótese que tem sido levantada é a de que há uma ligação entre as formas dos objetos e o formato do trato vocal produzido pelos articuladores para a pronúncia dos nomes. Assim, uma forma arredondada combinaria com a vogal [u], que é arredondada; já uma forma angular combinaria com a consoante [k], que para ser pronunciada gera um ângulo formado pela língua e o palato. Com esse ponto de vista, Ramachandran & Hubbard (2001) realizaram um teste com adultos falantes de inglês em que os participantes deveriam relacionar as não-palavras *bouba* e *kiki* a formas arredondadas e pontiagudas. Então, mais de 95% dos sujeitos relacionaram o nome *bouba* à forma arredondada e o nome *kiki* à forma pontiaguda.

Maurer, Pathman & Mondloch (2006) resolveram testar se o efeito *bouba/kiki* está presente em crianças pequenas. Para isso, eles reuniram crianças com idades por volta de 2,8 anos. Essas crianças foram expostas a quatro pares de formas (sempre uma arredondada e outra pontiaguda) e a quatro pares de palavras do tipo *bouba/kiki*, que deveriam ser relacionadas às formas (cada par de formas era acompanhado um par de palavras diferente). Neste experimento, também foram testados adultos, a fim de comparação.

Os resultados se mostraram bastante consistentes com o que se esperava, ou seja, tanto as crianças quanto os adultos relacionaram formas arredondadas a sons arredondados e formas não arredondadas a sons não arredondados. Além disso, não houve uma diferença significativa entre crianças e adultos.

Muitos outros estudos apontam na mesma direção. Berlin (1994) pediu a falantes de inglês que ouvissem palavras na língua Huambisa (uma língua nativa do Peru) e as relacionassem com nomes de pássaros e peixes, obtendo uma quantidade de acerto bastante elevada. Em uma outra série de experimentos, o mesmo pesquisador (BERLIN, 2006) obteve resultados bastante favoráveis à existência do efeito *bouba/kiki*. Davis (1961) replicou o experimento de Köehler com crianças de 11 a 14 anos, algumas falantes de inglês e outras falantes de suaíli, chegando ao mesmo resultado.

Ao analisarmos os estudos descritos acima, podemos perceber a semelhança entre certas afirmações e a noção de mimese, levantada por Platão e já analisada neste trabalho. O que está em jogo aqui é a ideia de que alguns aspectos dos sons das palavras refletem aspectos da realidade. A recorrência dos exemplos sugere que existe algo além de uma mera coincidência.

Contudo, devemos nos lembrar que muitas vezes os próprios pesquisadores da área nos alertam de que as relações descobertas não são perfeitas, havendo muitos exemplos contrários.

Seja como for, fica claro que a perspectiva saussuriana está longe de ser unanimidade entre aqueles que se dedicam ao estudo da relação entre as palavras e as coisas. A tese naturalista continua em voga, e há uma vasta produção baseada nesta hipótese.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo deste trabalho, o interesse do homem sobre o funcionamento da linguagem é milenar. E, dentre as várias questões que o estudo das línguas levanta, desde o início a relação entre a linguagem e a realidade sempre foi um tema central. Sabemos que através das palavras podemos representar o mundo que nos cerca, expressando nossos pensamentos e sentimentos sobre ele. Contudo, o mecanismo que torna isso possível sempre se mostrou um verdadeiro desafio a nossa compreensão.

Desde os filósofos pré-socráticos as teses naturalista e convencionalista têm se apresentado como alternativas de resolução deste problema. Na Grécia Antiga, Platão e Aristóteles se debruçaram sobre o assunto, contrapondo argumentos das duas vertentes. Depois deles, muitos outros pensadores deram suas contribuições. Entretanto, a questão chegou à contemporaneidade ainda sem solução.

Nos nossos tempos, a doutrina convencionalista saussuriana da arbitrariedade do signo é muitas vezes considerada como o encerramento da discussão. Contudo, como pudemos ver, há uma grande tradição de pensamento que dá suporte a uma visão naturalista através do simbolismo fonético.

Parece haver fortes indícios de uma relação motivada entre certos sons e conceitos, porém tal relação não ocorre em um grande número de palavras. A explicação para esse fenômeno pode ser o apagamento da relação motivada original ao longo do tempo, o que causa a sensação de arbitrariedade. Por outro lado, pode-se argumentar que aquilo que parece ser uma relação som/significado motivada não passa de mera coincidência, uma vez que há contraexemplos.

Sendo assim, a questão da relação entre os nomes e as coisas continua em aberto, levando convencionalistas e naturalistas a prosseguir no seu labor de buscar uma resposta, que nos escapa a milênios.

4- REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. E. Alguns conceitos fundamentais da teoria aristotélica da significação a partir de Sobre a interpretação, capítulo 1. **Peri**, v. 05, p. 65-104, 2013.

ARAÚJO, Inês L. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARISTÓTELES. **Da Interpretação**. Trad. José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2009.

BERLIN, Brent. Evidence for pervasive synesthetic sound symbolism in ethnozoological nomenclature. In: Hinton, L., Nichols, J. & Ohala, J. (eds.). **Sound symbolism**. Cambridge: University Press, 1994.

_____. The First Congress of Ethnozoological Nomenclature . **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, Vol. 12, pp. 23-44, 2006.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. Petrópolis: Vozes, 1975.

COSTA, Marcos A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2011.

DAVIS, R. The fitness of names to drawings: a cross-cultural study in Tanganyika. **British Journal of Psychology**, 52, pp. 259-68, 1961.

FIORIN, José L. Teoria dos signos. In: _____ (org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2010.

HOLLAND, M. & WERTHEIMER, M. Some physiognomic aspects of naming, or maluma and takete revisited. **Perceptual and Motor Skills**, 19, pp 111-117, 1964.

JESPERSEN, Otto. Symbolic value of the vowel i. In: _____. **Linguistica: Selected papers in English, French and German**. Copenhagen: Levin and Munksgaard, 1933.

KÖHLER, Wolfgang. **Psicologia da Gestalt**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MAURER, D., PATHMAN, T. & MONDLOCH, C. J. The shape of boubas: sound–shape correspondences in toddlers and adults. **Developmental Science**, 9 (3), pp 316–322, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. São Paulo: Unesp, 2005.

OHALA, John. Sound symbolism. **Proc. 4th Seoul International Conference on Linguistics**, pp. 98-103, 1997.

PLATÃO. **Crátilo**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

RAMACHANDRAN, V.S., & HUBBARD, E.M. Synaesthesia – a window into perception, thought and language. **Journal of Consciousness Studies**, 8 (12), pp 3–34, 2001.

RODRIGUES, Rômulo da Silva Vargas. Saussure e a definição da língua como objeto de estudos. **ReVEL**. Edição especial n. 2, 2008.

SAPIR, Edward. A study in phonetic symbolism. **Journal of Experimental Psychology**, 12, pp. 225-39, 1929.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2008.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.